

Esporte Clube Bahia

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

CONTEÚDO:

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Quadro I – Balanços Patrimoniais

Quadro II - Demonstrações dos Superávits dos Exercícios

Quadro III - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro IV - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros do
ESPORTE CLUBE BAHIA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **ESPORTE CLUBE BAHIA** (“ECB” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **ESPORTE CLUBE BAHIA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Dívida com a Ligafutebol S.A.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 01, o “ECB” não registrou contabilmente a dívida assumida quando da realização do distrato das relações que mantinha com a Ligafutebol S.A. no montante de R\$ 4.436 Mil (valor constante do contrato de distrato firmado em 2006, sem encargos e atualização monetária). Em 2016, a Ligafutebol S.A. ingressou com ação ordinária com o objetivo de receber valores que entende que lhe são devidos em razão da referida alienação das ações. Considerando-se que os assessores jurídicos do “ECB” avaliam o desfecho desta ação como de “possível” perda, nos termos das práticas contábeis em vigor em 31 de dezembro de 2016 não foi constituída provisão para eventual perda com o possível desfecho negativo desta ação, estimada em R\$ 15.000 Mil. Nosso relatório não contém ressalva em relação a esse assunto.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis do **ESPORTE CLUBE BAHIA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria, datado de 04 de março de 2016, continha ressalva relacionada à inexistência de provisão para eventual perda com a liquidação da dívida com a Ligafutebol S.A.. Em decorrência do ingresso de ação ordinária em 2016, cuja avaliação dos assessores jurídicos do “ECB” a consideram como de “possível” perda, esta ressalva foi sanada em 2016.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades desportivas profissionais, particularmente a Interpretação Técnica Geral 2003 – Entidade Desportiva Profissional aprovada pela Resolução CFC nº 1.429 de 25 de janeiro de 2013, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos nossos exames sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluíssemos que existe incerteza relevante, chamaríamos atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluiríamos modificação em nossa opinião, se as divulgações fossem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador (BA), 17 de fevereiro de 2017.

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S
CRC-2BA – 00710/O


JOSÉ RENATO MENDONÇA
CONTADOR – CRC-1BA 9.749/O-9



ESPORTE CLUBE BAHIA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Reapresentado
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	13.910	16
Contas a receber (nota 3)	30.881	32.033
Estoques	872	365
Adiantamentos (nota 4)	445	727
Despesas antecipadas	8	-
Total do circulante	<u>46.116</u>	<u>33.141</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos para recursos legais (nota 5)	1.807	2.275
Imobilizado (nota 6)	37.090	26.718
Intangível (nota 7)	30.004	14.995
Total do não circulante	<u>68.901</u>	<u>43.988</u>
Total do ativo	<u>115.017</u>	<u>77.129</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis



ESPORTE CLUBE BAHIA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores em milhares de Reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Reapresentado
CIRCULANTE		
Empréstimos (nota 8)	-	4.957
Fornecedores	2.114	4.249
Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais (nota 9)	9.421	2.990
Direitos de imagem a pagar (nota 10)	5.905	6.190
Parcelamentos e processos administrativos tributários (nota 11)	6.199	4.824
Receita a apropriar (nota 12)	90	704
Acordos trabalhistas (nota 13)	7.718	5.451
Acordos cíveis	241	-
Outras contas a pagar (nota 14)	31.833	2.903
Total do circulante	<u>63.521</u>	<u>32.268</u>
NÃO CIRCULANTE		
Direitos de imagem a pagar (nota 10)	3.327	1.800
Parcelamentos e processos administrativos tributários (nota 11)	98.825	87.418
Acordos trabalhistas (nota 13)	10.877	16.298
Acordos cíveis	-	186
Outras contas a pagar (nota 14)	-	23.600
Contingências (nota 15)	37.799	36.701
Total do não circulante	<u>150.828</u>	<u>166.003</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO		
Fundo patrimonial	(121.142)	(150.546)
Superávit do exercício	21.810	29.404
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>(99.332)</u>	<u>(121.142)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>115.017</u>	<u>77.129</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis



ESPORTE CLUBE BAHIA
DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2016 E DE 2015
(Valores em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Reapresentado
Receita líquida das atividades (nota 16)	112.943	79.000
Custos das atividades (nota 17)	(63.956)	(47.755)
Superávit bruto	<u>48.987</u>	<u>31.245</u>
DESPESAS OPERACIONAIS:		
. Gerais e administrativas	(1.778)	(2.104)
. Serviços	(5.016)	(4.867)
. Tributárias	(131)	(262)
. Depreciação e amortização	(277)	(166)
. Perda na recuperação de créditos de sócios	(2.553)	-
Superávit operacional antes dos itens extraordinários e do resultado financeiro	<u>39.232</u>	<u>23.846</u>
ITENS EXTRAORDINÁRIOS		
. Outras receitas (despesas) (nota 18)	(7.557)	8.413
RESULTADO FINANCEIRO		
. Receitas financeiras, líquidas de imposto de renda	2.424	5
. Despesas financeiras	(12.289)	(2.860)
Superávit do exercício	<u><u>21.810</u></u>	<u><u>29.404</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis



ESPORTE CLUBE BAHIA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores em milhares de Reais)

	Fundo patrimonial	Déficit acumulado	Total
	Reapresentado	Reapresentado	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(159.877)	(13.689)	(173.566)
Transferência do déficit do exercício anterior	(13.689)	13.689	-
Ajuste de exercícios anteriores - luvas (nota 2)	23.020	-	23.020
Superávit do exercício	-	29.404	29.404
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>(150.546)</u>	<u>29.404</u>	<u>(121.142)</u>
Transferência do superávit do exercício anterior	29.404	(29.404)	-
Superávit do exercício	-	21.810	21.810
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>(121.142)</u>	<u>21.810</u>	<u>(99.332)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis



ESPORTE CLUBE BAHIA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2016 E DE 2015
(Valores em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	21.810	29.404
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
. Depreciação e amortização	277	166
. Perda na recuperação de créditos de sócios e outros	2.553	-
. Provisão para contingências	6.980	25.612
. Provisão de parcelamento	5.600	-
. Juros e variações monetárias	11.246	2.406
. Atualização do Transcon	(7.459)	-
. Atualização dos honorários advocatícios	576	-
. Benefício fiscal Profut	-	(34.025)
	<u>41.583</u>	<u>23.563</u>
Variações do ativo		
. Contas a receber	6.058	(7.833)
. Estoques	(507)	(365)
. Adiantamentos	282	(781)
. Despesas antecipadas	(8)	-
. Depósitos para recursos legais	(645)	(124)
. Intangível	(3.580)	-
	<u>1.600</u>	<u>(9.103)</u>
Variações do passivo		
. Fornecedores	330	(5)
. Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	1.896	(2.148)
. Direitos de imagem	(8.969)	(1.441)
. Parcelamentos e processos administrativos tributários	(4.064)	(2.952)
. Receita a apropriar	(614)	674
. Acordos trabalhistas	(7.783)	(4.576)
. Provisão para contingências	(3.939)	(582)
	<u>(23.143)</u>	<u>(11.030)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20.040	3.430



Quadro IV

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
. Adições (baixas) ao ativo imobilizado, líquido	(1.021)	(419)
. Adições ao ativo intangível	(248)	967
Fluxo de caixa das atividades de investimento	<u>(1.269)</u>	<u>548</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
. Captação de empréstimos e financiamentos	-	7.692
. Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.877)	(11.908)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	<u>(4.877)</u>	<u>(4.216)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>13.894</u>	<u>(238)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
. No início do exercício	16	254
. No final do exercício	13.910	16
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>13.894</u>	<u>(238)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis



ESPORTE CLUBE BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores em milhares de Reais, a menos especificamente mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O ESPORTE CLUBE BAHIA (“ECB”) é uma entidade desportiva com personalidade jurídica própria, com sede na Cidade de Salvador, no Estado da Bahia, e tem por finalidade desenvolver, difundir e aprimorar os desportos e a educação física em todas as suas modalidades, em particular o futebol, sem visar lucros materiais de qualquer espécie. Além disso, poderá incentivar e exercer atividades de caráter competitivo, social, cultural e cívico mantendo laços de união e solidariedade com as entidades congêneres do estado, do país e do exterior, inclusive dando e recebendo colaboração necessária à consecução dessa finalidade. Para tanto, o “ECB” poderá constituir e controlar sociedade empresarial de prática desportiva, celebrar contratos com sociedades empresariais e com associações com e sem fins econômicos.

Atualmente, o “ECB” conta com 295 colaboradores (269 em 2015), dentre atletas e funcionários.

As receitas do Clube são originadas, principalmente, de:

- (a) contribuições de sócios - mensalidades, taxas de manutenção e anuidades;
- (b) rendas provenientes de competições desportivas – premiações, arrecadação da bilheteria de jogos e televisionamento;
- (c) patrocínios e licenciamentos;
- (d) cessão de direitos econômicos sobre atletas; e
- (e) permutas por patrocínios.

A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, alterada pelas Leis nº 9.981, de 14 de julho de 2000, nº 10.264, de 16 de julho de 2001, nº 10.672, de 15 de maio de 2003, nº 11.118, de 19 de maio de 2005, nº 12.395, de 16 de março de 2011, nº 12.868, de 15 de outubro de 2013 e nº 13.155 de 04 de agosto de 2015 instituiu normas gerais sobre o desporto no Brasil. A compilação dessas Leis determina as relações jurídicas das entidades desportivas com os atletas, equiparando-as, para fins de fiscalização, às sociedades empresariais no que se refere aos aspectos fiscais, previdenciários, financeiros, contábeis, trabalhistas e administrativos.

Nos termos da legislação vigente, o “ECB” está subordinado à tributação de contribuição previdenciária sobre suas receitas (Patrocínios, Publicidades, Licenças de marcas, Loterias, Jogos e Televisionamentos), retida na fonte à alíquota de 5%, como substitutivo dos encargos previdenciários. O “ECB” também tem a responsabilidade pela retenção e recolhimento da contribuição previdenciária de empregados e de terceiros, assim como, pela retenção e recolhimento dos encargos para-fiscais, inclusive, com terceiros (4,5% sobre a folha de pagamento).



Ambiente de Gestão

No ano de 2016, a Diretoria, que tomou posse em dezembro de 2014, adotou como principais diretrizes:

1. O acesso à série A do Campeonato Brasileiro;
2. O aumento do quadro de sócios;
3. A manutenção da política de equilíbrio econômico-financeiro;
4. A manutenção de uma política de total transparência em relação aos atos de gestão e de divulgação da situação econômico e financeira do “ECB”.

Sendo assim, em 2016 a Diretoria Executiva:

- Conquistou o acesso à Série A do Campeonato Brasileiro;
- Manteve a otimização do quadro de funcionários, encerrando o ano com 95 (noventa e cinco) colaboradores no setor administrativo;
- Regularizou pendências de anos anteriores no montante de R\$ 16 milhões;
- Manteve em dia o parcelamento do Profut, pagando um total de R\$ 3,90 milhões;
- Utilizou R\$ 25,35 milhões do saldo de Transcons (R\$ 21,79 pendente de homologação judicial no âmbito do acordo com a OAS e a Planner);
- Manteve as certidões negativas de tributos;
- Gerou um resultado operacional superavitário no montante de R\$ 39,23 milhões;
- Gerou um resultado do exercício superavitário de R\$ 21,81 milhões;
- Reduziu o índice de endividamento geral em 27%, passando de 2,56 em 31/12/2015 para 1,86 em 31/12/2016;
- Quitou o endividamento bancário de R\$ 4.957 existente em 31 de dezembro de 2015;
- Conquistou 3.432 novos sócios, sendo 2.155 adimplentes, alcançando um quadro social com 11.197 sócios, sendo 9.646 adimplentes;
- Captou novos patrocinadores, entre eles, Umbro e South, além de um novo patrocinador master, Caixa Econômica Federal - CEF. Incluindo renovações e novos contratos agregou R\$ 4,70 milhões em receita adicional no ano de 2016;
- Criou novos meios de comunicação com a torcida, como a ouvidoria, além de manter o Programa do Esquadrão em FM;
- Conquistou novos contratos de licenciamento, gerando potencial de faturamento de R\$ 565 mil;



- Lançou o Boletim Financeiro Trimestral do Esporte Clube Bahia;
- Ampliou a Rede de Descontos e Benefícios “Parceiros de Aço”;
- Assinou contrato com o Esporte Interativo para o período de 2019 a 2024 referente aos direitos de transmissão de TV fechada; e
- Manteve parceria com as Obras Sociais Irmã Dulce.

Contrato com a Arena Fonte Nova

A título de renovação da parceria formalizada em 04 de abril de 2013, em 14 de setembro de 2015 foi firmado novo contrato entre a Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (Arena Fonte Nova) e o Esporte Clube Bahia (ECB), regulando as diretrizes de utilização das dependências do estádio e demais condições comerciais. O contrato tem prazo de vigência até 04 de abril de 2018, a contar de 05 de setembro de 2015, podendo ser automaticamente renovado por mais três anos.

Centros de Treinamento (Cidade Tricolor e Fazendão)

Em 26 de dezembro de 2016, o ESPORTE CLUBE BAHIA, empresas do grupo OAS e a PLANNER TRUSTEE firmaram um INSTRUMENTO PARTICULAR DE TRANSAÇÃO no intuito de encerrar as demandas movidas pelo Bahia em desfavor das empresas (Ação Cautelar nº 0518629-25.2015.8.05.0001 e Ação Principal nº 0571172-05.2015.8.05.0001), bem como resolvendo o conflito envolvendo os imóveis denominados Fazendão, Cidade Tricolor e Margaridas, restando pactuado, em linhas gerais, no que concerne ao Esporte Clube Bahia, o seguinte:

1 - O ESPORTE CLUBE BAHIA depositará a importância de R\$ 6.487 em favor da PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, em até 02 (dois) dias úteis após a publicação no Diário de Justiça da homologação da presente transação, montante que somente será liberado a partir da implementação da CONDIÇÃO SUSPENSIVA estabelecida pelas partes.

2 - A CONDIÇÃO SUSPENSIVA decorre do fato da OAS EMPREENDIMENTOS S/A (e demais empresas do seu grupo econômico) estarem em recuperação judicial nos autos do processo 1030812-77.2015.8.26.0100, daí ser necessária, para a total segurança jurídica do acordo entabulado, a autorização judicial do Juízo de recuperação.

3 - Além do valor em pecúnia acima referido no item “1”, precedente, o ESPORTE CLUBE BAHIA cederá 11.052,93 m² (onze mil e cinquenta e dois metros quadrados e noventa e três centésimos de metro quadrado) dos direitos de TRANSCONS à PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, 2º réu, com coeficiente de Aproveitamento Básico de 1,00 (um) e Valor Unitário Padrão (VUP) de R\$ 1.971,15 (mil novecentos e setenta e um reais e quinze centavos) por metro quadrado, correspondendo a



R\$ 21.787. A cessão terá seu registro providenciado em até 10 (dez) dias úteis após a implementação da condição suspensiva, às expensas do ESPORTE CLUBE BAHIA, autor.

4 - Implementada a condição suspensiva, o ESPORTE CLUBE BAHIA, autor, será imitado na posse dos imóveis denominados MARGARIDAS e Cidade Tricolor, ficando estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, para que a OAS EMPREENDIMENTOS S/A outorgue as escrituras definitivas, transferindo a propriedade dos referidos imóveis.

5 - As partes concordaram que o imóvel denominado FAZENDÃO passará a ser propriedade do ESPORTE CLUBE BAHIA tão logo este cumpra sua parte, mediante o pagamento dos valores objeto do item 1, acima, e da cessão de TRANSCONS à PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, conforme item 3, acima, e respeitado os termos do contrato.

6 - O ESPORTE CLUBE BAHIA ficou responsável pela regularização cadastral e pagamento das despesas relacionadas com as transferências dos imóveis.

Esporte Clube Bahia S.A. - BASA

Em 28 de setembro de 2006 a Ligafutebol S/A (empresa do Grupo Opportunity) teria alienado a totalidade das ações ordinárias que possuía do ESPORTE CLUBE BAHIA S.A. ao "ECB", o qual teria se tornado o único acionista com direito a voto desta Sociedade, cujas atividades estão descontinuadas. Adicionalmente, a Ligafutebol teria alienado ao "ECB" 2.815.000 ações preferenciais tipo "A" do total de 9.044.997 ações preferenciais tipo "A" que então possuía.

Em razão destas alienações a participação dos acionistas no capital da Sociedade ESPORTE CLUBE BAHIA S.A. (BASA) passaria a ser a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais		Total	Percentual
		"A"	"B"		
LIGAFUTEBOL	-	6.229.997	14.993	6.244.990	34,69
ESPORTE CLUBE BAHIA	6.000.000	5.754.992	-	11.754.992	65,31

Em face do contrato de alienação, o "ECB" teria reconhecido e confessado ser devedor à Ligafutebol S/A do valor de R\$ 4.436 (R\$ 511 de mútuo e R\$ 3.925 referentes ao não exercício da opção de compra futura de atletas). Além disso, no mesmo contrato, o "ECB" e a sociedade ESPORTE CLUBE BAHIA S.A. teriam desonerado a Ligafutebol S.A. e seus prepostos de toda e qualquer responsabilidade derivada da sua associação com o "ECB" na sociedade ESPORTE CLUBE BAHIA S.A.

Durante os anos de 2015 e 2016 a sociedade ESPORTE CLUBE BAHIA S/A não manteve qualquer atividade operacional. O "ECB" vem honrando, com pagamentos, todos os débitos da sociedade ESPORTE CLUBE BAHIA S/A, débitos estes já consolidados nas demonstrações contábeis do "ECB" do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pelas obrigações



conhecidas desta sociedade (BASA). No ano de 2015, o BASA aderiu ao PROFUT, em conjunto com o “ECB”, reduzindo de forma consolidada em R\$ 34.025 a dívida das duas entidades.

O último balancete contábil emitido pela sociedade ESPORTE CLUBE BAHIA S/A, datado de 31 de dezembro de 2010, aponta um Patrimônio Líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$ 65.000. A atual diretoria do “ECB” pretende continuar honrando as dívidas do ESPORTE CLUBE BAHIA S/A.

Em 29 de agosto de 2016 a LIGAFUTEBOL S/A ingressou com ação ordinária face ao ESPORTE CLUBE BAHIA e ao ESPORTE CLUBE BAHIA S/A, com o objetivo de receber valores que entende que lhe são devidos em razão da referida alienação das ações do ESPORTE CLUBE BAHIA S/A.

O processo tombado sob o nº 0274714-80.2016.8.05.0001 tramita perante a 50ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, já tendo sido apresentada contestação pelo ESPORTE CLUBE BAHIA e ESPORTE CLUBE BAHIA S/A.

Existem diversas questões jurídicas que fundamentam a defesa, desde prescrições acerca dos valores que estão sendo cobrados, até o não cumprimento de condição de eficácia do negócio jurídico.

Assim, tendo em vista as controvérsias acerca dos pleitos formulados pela LIGA FUTEBOL S/A, tanto o Jurídico Interno quanto os advogados terceirizados responsáveis pela representação do ESPORTE CLUBE BAHIA e do ESPORTE CLUBE BAHIA S/A no processo entendem que o risco de perda é possível no valor estimado de R\$15.000. Considerando a opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelo processo, em 31 de dezembro de 2016 não foi registrada qualquer provisão.

Contrato com a TV Globo

Com o acesso à Série A do Campeonato Brasileiro, o Clube volta a ter direito a receber 100% dos valores do contrato firmado com a Globo Comunicação e Participações S.A. em 21 de março de 2011 referente à Cessão de Direitos de Captação, Fixação, Exibição e Transmissão do Campeonato Brasileiro da Série A para os anos de 2012 a 2018.

Contrato com o Esporte Interativo

No dia 02 de março de 2016 o “ECB” firmou contrato com a TopSports Ventures Ltda. (Esporte Interativo), empresa do grupo Turner, a qual é interveniente e solidariamente responsável pelo contrato, referente aos direitos de transmissão em TV fechada para o período de 2019 a 2024. Em decorrência deste contrato, a TopSports pagou ao ECB o valor bruto de R\$ 40.000 (R\$ 38.000 líquido) referente às luvas previstas contratualmente.



Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT

O Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE (Lei 13.155/2015), fortaleceu as práticas de governança do ESPORTE CLUBE BAHIA, em consonância com a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro que o Clube já vinha praticando.

Aspectos relevantes ocorridos no ano de 2016:

- Manutenção dos pagamentos regulares das prestações devidas, condição necessária à manutenção do Clube no parcelamento especial regulamentado pelo Profut, no montante de R\$ 3.902;
- Alteração do Estatuto em obediência aos dispositivos da LRFE, conforme ATA de AGE realizada em 30/04/2016, adequando a redação do inciso VII do artigo 27 e inclusão do §6º do artigo 30 e da alínea “g” do inciso I do artigo 35-E.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no Brasil, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às entidades desportivas profissionais, particularmente a Interpretação Técnica Geral 2003 – Entidade Desportiva Profissional aprovada pela Resolução CFC nº 1.429 de 25 de janeiro de 2013. Estas demonstrações são apresentadas em milhares de Reais.

Reapresentação do balanço patrimonial de 2015

Com o objetivo de aprimorar e padronizar os critérios de contabilização das luvas associadas aos contratos de concessão de direitos de transmissão de imagens com a Rede Globo e com o Esporte Interativo, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram ajustadas para fins de apresentação, de modo a refletir o registro da baixa das luvas do contrato com a Globo, Globosat e Televisão Bahia.

Demonstramos no quadro abaixo os efeitos destes ajustes:

	Saldo nas DC's do exercício anterior	Ajustes	Saldo reajustado
Passivo Circulante			
Receita a apropriar	6.974	(6.270)	704
Passivo Não Circulante			
Receita a apropriar	12.000	(12.000)	-
Patrimônio Líquido / Passivo a descoberto			
Fundo Patrimonial	(173.566)	23.020	(150.546)
Superávit do Exercício	34.154	(4.750)	29.404



2.1 Uso de estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis requer que a Administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

O “ECB” baseia suas estimativas em aspectos históricos e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem: perdas com as contas a receber, a definição da vida útil dos bens imóveis e o valor de contingências.

2.2 Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado e os ativos intangíveis devem ser anualmente revistos para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) será estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil será reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável será reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

A Administração do “ECB” efetua análise anual de todos os seus ativos de forma a identificar eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os valores em caixa, os depósitos bancários, bem como outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber das suas diversas fontes de receita no decurso normal das atividades do “ECB”. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.5 Imobilizado

Itens do imobilizado estão mensurados pelo custo de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada.



A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	<u>Taxa Anual</u>
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Benfeitorias	50%

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a taxa de depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Em 31 de dezembro de 2016 o “ECB” analisou a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (impairment) e a vida útil econômica dos bens para apuração das taxas de depreciação, não identificando qualquer necessidade de ajuste.

2.6 Ativos intangíveis

Conforme determina a Interpretação Técnica Geral 2003 – Entidade Desportiva Profissional aprovada pela Resolução CFC nº 1.429/13, integram os ativos intangíveis os custos incorridos com a formação/aquisição de atletas, bem como os direitos de imagem dos atletas profissionais, assim classificados:

- a) **Atletas em Formação** - incluem os gastos incorridos com os atletas em formação (base), atribuídos individualmente aos atletas ainda não profissionalizados. Os custos incorridos mensalmente com a formação de atletas são segregados das demais despesas/custos do clube e são rateados uniformemente para compor o custo individual de cada atleta, de acordo com o número de atletas em formação no mês em que são incorridos.

A amortização ou baixa dos custos com formação de atletas ocorre a partir do momento em que o atleta é profissionalizado ou quando da dispensa do atleta em formação.

- b) **Atletas Formados** - incluem os custos acumulados durante a formação de atletas no Clube ou os custos contratados (valor do desembolso, comissões pagas aos agentes e outros) relativos aos direitos econômicos de atletas cujo direito federativo pertença à outra entidade, ainda não amortizados.

A amortização dos custos de atletas formados ocorre durante o período do contrato ou quando da cessão dos direitos a outras entidades.

- c) **Direitos de Imagem** – referem-se aos valores contratados com os atletas profissionais a título de direito de imagem, tendo como contrapartida uma conta de passivo circulante ou não circulante de igual denominação.



Tais valores são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou quando da saída do atleta do clube, caso isto ocorra antes do prazo final do contrato.

2.7 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, ajustados até a data do balanço.

2.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o “ECB” tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o “ECB” espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.9 Reconhecimento de receitas e despesas

O “ECB” utiliza o regime de competência para o reconhecimento de receitas, custos e despesas.

a) Receitas

O “ECB” reconhece as receitas quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para o “ECB” e quando critérios específicos, legais e/ou contratuais, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do “ECB”, conforme descrição a seguir:

. Receita de Transmissão de Imagem e Luvas

As receitas de TV aberta e por assinatura são decorrentes da participação do “ECB” nos contratos de cessão de direito de captação, fixação e transmissão de jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol, firmado com a Globo Comunicação e Participações Ltda. e com o Esporte Interativo (a partir de 2019), tendo como interveniente a Confederação Brasileira de Futebol. Os valores referentes às luvas cujas cláusulas contratuais não preveem qualquer hipótese de devolução são integralmente registradas como receita no momento do



recebimento. As demais receitas de transmissão são registradas à medida que são auferidas no decorrer dos contratos.

. Receita de bilheteria e premiações

Refere-se à arrecadação de bilheteria pela venda de ingressos, além dos direitos a receber, apropriados mensalmente, referentes ao contrato firmado entre o “ECB” e a Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (Arena Fonte Nova).

. Receita de patrocínio, publicidade e marketing

Refere-se aos contratos firmados entre o “ECB” e terceiros para veiculação de marca com finalidade promocional.

b) Custos das Atividades

Estes custos estão exclusivamente relacionados com as atividades de desporto. São representados principalmente pelas remunerações, benefícios e encargos sociais dos atletas, serviços médicos, amortização dos atestados liberatórios e dos custos com os empréstimos e venda de atletas. O custo de empréstimo de atletas é reconhecido no resultado proporcionalmente ao prazo estabelecido nos contratos de empréstimos.

3. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estes saldos estão representados da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Transcons (a)	31.827	26.055
(-) Perda estimada na realização das Transcons	(3.239)	(4.926)
Globosat Programadora Ltda.	-	5.127
Clube Recreativo da Cáala (b)	-	4.332
Contribuições de sócios	940	1.445
Outros	1.353	-
	<u>30.881</u>	<u>32.033</u>
Outras contas a receber	3.535	3.535
(-) Provisão para perda na realização de créditos	(3.535)	(3.535)
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>30.881</u>	<u>32.033</u>

(a) Transcons

Através da escritura de desapropriação amigável celebrada com o Esporte Clube Bahia, em 28/10/2012 o Município de Salvador desapropriou o imóvel denominado “Sede de Praia”, medindo 23.149 m², pelo valor total de R\$ 12.929. Este montante foi pago mediante



emissão de certidão de Transferência do Direito de Construir - Transcon que pode ser utilizada pelo desapropriado em local a ser oportunamente indicado, ou alienar a terceiros o direito de construir relativo ao domínio que detinha sobre o imóvel ora desapropriado, equivalente a uma área de 46.298,50 m² com valor unitário padrão (VUP) de R\$ 558,51 e IU de 2,0.

Em 2015, a Administração do “ECB” finalizou entendimento com o Município de Salvador, compensando os valores do crédito de Transcons com débitos fiscais do ECB com o Município, resultando no seguinte montante:

Valor da desapropriação		
Dimensão do Terreno (em m ²) a	VUP (em R\$) b	Valor venal do terreno (em Milhares de R\$) c = a*b
23.149	1.684	38.988

Débitos com o Município de Salvador (em Milhares de R\$)			
Débito tributário d	Construção judicial e	Demolição f	Total de débitos g = d + e + f
11.845	802	282	12.929

Desta forma, o saldo favorável ao “ECB” passou a ser de R\$ 26.055 após a dedução dos débitos com a Prefeitura Municipal de Salvador.

Deste valor, R\$ 13.600 em créditos de Transcons seriam cedidos à OAS para pagamento do Novo Centro de Treinamento de Dias D’Ávila (Cidade Tricolor).

Em dezembro de 2016 o ECB firmou Instrumento Particular de Transação (ver nota explicativa nº 1) no intuito de encerrar as demandas movidas em desfavor das empresas onde restou pactuado que:

- 1) O ECB depositará a importância de R\$ 6.487 em favor da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. além de ceder 11.052,93 m² dos direitos de TRANSCONS correspondente a R\$ 21.787; e
- 2) O ECB ficará responsável pela regularização cadastral e pagamento das despesas relacionadas com as transferências dos imóveis e débitos tributários (IPTU).

Em 06 de janeiro de 2016 a Prefeitura Municipal de Salvador emitiu certidão ratificando ao ECB a posse do potencial construtivo de 16.146,17 m² de TRANSCONS. O ECB procedeu atualização do montante registrado contabilmente, considerando um VUP de R\$ 1.971,00 em 31 de dezembro de 2016, totalizando R\$ 31.827 em TRANSCONS.

(b) Clube Recreativo da Cáala

Refere-se ao valor a receber referente à venda do jogador Bruno Jacinto (Bruno Paulista) que foi recebido em Fevereiro de 2016.



4. ADIANTAMENTOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos de salários	146	202
Adiantamentos para viagens	-	2
Outros	299	523
Total	<u>445</u>	<u>727</u>

5. DEPÓSITOS PARA RECURSOS LEGAIS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bloqueios judiciais	1.310	1.356
Depósitos judiciais	497	919
Total	<u>1.807</u>	<u>2.275</u>

O “ECB” é réu em processos de natureza cível e trabalhista que se encontram tramitando em esferas administrativa e judicial. Em relação aos processos trabalhistas, o “ECB” vem depositando valores mensais junto à Justiça Trabalhista, os quais são utilizados no pagamento de sentenças referentes a processos já encerrados.



6. IMOBILIZADO

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Total
CUSTO						
Saldos em 31/12/2014	25.582	725	129	350	222	27.008
Adições	-	72	46	17	284	419
Saldos em 31/12/2015	25.582	797	175	367	506	27.427
Adições	9.628 (a)	557	108	66	293	10.652
Baixas	-	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31/12/2016	35.210	1.354	280	433	799	38.076
DEPRECIÇÃO ACUMULADA						
Saldos em 31/12/2014	-	(297)	(120)	(126)	-	(543)
Depreciação do período	-	(75)	(29)	(36)	(26)	(166)
Saldos em 31/12/2015	-	(372)	(149)	(162)	(26)	(709)
Depreciação do período	-	(121)	(48)	(40)	(68)	(277)
Saldos em 31/12/2016	-	(493)	(197)	(202)	(94)	(986)
VALOR LÍQUIDO						
Saldos em 31/12/2015	25.582	425	26	205	480	26.718
Saldos em 31/12/2016	35.210	861	83	231	705	37.090

(a) No exercício de 2016, a Administração registrou o montante de R\$ 9.628 com base em laudo de avaliação para reconhecer no seu imobilizado o complemento do valor dos imóveis envolvidos no Instrumento Particular de Transação firmado com a OAS e a Planner.

A depreciação do exercício de 2016 montou em R\$ 277 (R\$ 166 em 2015), sendo apropriada como despesa.



7. INTANGÍVEL

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Divisão de base - custo dos atletas	14.136	8.122
Atletas formados/contratados	7.054	244
Direitos de imagem (a)	8.396	6.459
Software	418	170
Total	<u>30.004</u>	<u>14.995</u>

(a) Refere-se aos valores relativos aos direitos contratuais dos atletas profissionais (direitos de imagem), registrados conforme determina a Interpretação Técnica Geral 2003 – Entidade Desportiva Profissional aprovada pela Resolução CFC nº 1.429/13. Este saldo será amortizado de acordo com os prazos contratuais firmados com os atletas, como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Direito de imagem a apropriar por ano		
2016	-	4.659
2017	5.186	1.320
2018	2.442	480
2019	768	-
	<u>8.396</u>	<u>6.459</u>



Demonstramos no quadro abaixo as movimentações ocorridas nestas contas no exercício de 2016:

	Divisão de base - custo dos atletas	Atletas formados / contratados	Direito de imagem	Softwares	Total
Saldo em 31/12/2015	8.122	244	6.459	170	14.995
<u>Adições</u>					
Custos incorridos	10.235	-	-	-	10.235
Contratos firmados	-	11.848	13.216	-	25.064
Aquisições	-	-	-	248	248
<u>Baixas</u>					
Dispensa de atletas	(2.676)	(221)	-	-	(2.897)
Contratação de atletas	(1.545)	-	-	-	(1.545)
Rescisão de contrato	-	-	(2.035)	-	(2.035)
Amortizações/Apropriação de custos	-	(4.817)	(9.244)	-	(14.061)
Saldo em 31/12/2016	14.136	7.054	8.396	418	30.004

Os atletas das categorias de base são avaliados periodicamente por uma equipe técnica especializada objetivando a identificação dos atletas que não possuem real potencial para atingir o futebol profissional para que os respectivos custos de formação sejam baixados.

A Administração não espera incorrer em perdas relevantes, sendo o custo dos atletas considerado inferior ao valor potencial de mercado.



8. EMPRÉSTIMOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
BCV / BMG (a)	-	4.858
Outros	-	99
Total	<u>-</u>	<u>4.957</u>

(a) Em 06/05/2015 foi firmada operação de mútuo com o BCV através da qual foram cedidos créditos a receber oriundos do contrato com a Globo no montante de R\$ 9.500. Nesta operação foram incorridos R\$ 1.808 de juros, restando o saldo líquido de 7.692 a ser descontado em 19 parcelas mensais. Até Dezembro de 2015 foram descontadas 07 parcelas com valores mensais de R\$ 500. Em Março de 2016 o “ECB” quitou antecipadamente o saldo residual deste empréstimo.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações com pessoal	1.726	1.149
Obrigações previdenciárias	680	614
Provisões de 13º e férias	1.257	961
Obrigações tributárias (a)	5.758	266
Total	<u>9.421</u>	<u>2.990</u>

(a) A Administração provisionou, em 31/12/2016, o montante de R\$ 4.052 relativo às dívidas de IPTU dos imóveis denominados Fazendão, Cidade Tricolor e Margaridas, além da estimativa relativa ao pagamento do ITIV no montante de R\$ 902.

10. DIREITOS DE IMAGEM A PAGAR

Referem-se aos valores a pagar dos direitos contratuais dos atletas profissionais (direitos de imagem), registrados em contrapartida do ativo intangível ou do resultado do exercício, conforme determina a Interpretação Técnica Geral 2003 – Entidade Desportiva Profissional aprovada pela Resolução CFC nº 1.429/13.



11. PARCELAMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Parcelamento Convencional	55	-
Parcelamento PROFUT	6.144	4.824
Total do circulante	<u>6.199</u>	<u>4.824</u>
Parcelamento Convencional	221	-
Parcelamento PROFUT	98.604	87.418
Total do não circulante	<u>98.825</u>	<u>87.418</u>
Total	<u>105.024</u>	<u>92.242</u>

Em novembro e dezembro de 2015 o “ECB” protocolou adesão ao PROFUT, desistindo de todos os demais parcelamentos tributários então em curso. O novo parcelamento abrange os débitos previdenciários e fiscais federais das duas entidades, “ECB” e “BASA”.

O “ECB” optou pelo parcelamento especial do passivo remanescente em 240 meses para débitos no âmbito da RFB e PGFN e 180 meses para débitos administrados pela CAIXA (FGTS e CS).

Demonstramos a seguir a movimentação do passivo tributário:

Passivo tributário	Saldos em 31/12/15	Inclusões de débitos de exercícios anteriores	Juros	Pagamentos	Saldos em 31/12/16
Débitos PGFN – ECB	1.706	-	240	(81)	1.865
Débitos RFB – ECB	30.140	-	4.230	(834)	33.536
Previdenciários RFB e PGFN - ECB	15.061	-	2.162	(590)	16.633
Débitos FGTS – ECB	10.538	4.574	-	(1.072)	14.040
Parcelamento Convencional	-	276	-	-	276
TOTAL ECB	57.445	4.850	6.632	(2.577)	66.350
Débitos PGFN - BASA	10.657	-	1.496	(277)	11.876
Débitos RFB - BASA	13.854	-	1.944	(384)	15.414
Previdenciários RFB e PGFN - BASA	8.362	-	1.174	(232)	9.304
Débitos FGTS – BASA	1.924	750	-	(594)	2.080
TOTAL BASA	34.797	750	4.614	(1.487)	38.674
TOTAL	92.242	5.600	11.246	(4.064)	105.024



12. RECEITA A APROPRIAR

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Reapresentado
Televisão Bahia Ltda. (Campeonato Baiano)	-	828
Copa do Nordeste	100	80
(-) INSS a apropriar	(5)	(45)
(-) Outros valores a apropriar	(5)	(159)
Total	<u>90</u>	<u>704</u>

Referem-se a valores recebidos antecipadamente e que serão apropriados ao resultado na competência subsequente.

13. ACORDOS TRABALHISTAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Reapresentado
Acordão	6.000	4.800
Acordos administrativos	1.718	651
Total do circulante	<u>7.718</u>	<u>5.451</u>
Acordão	10.877	13.435
Acordos administrativos	-	2.863
Total do não circulante	<u>10.877</u>	<u>16.298</u>

O “ECB” mantém com o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região procedimento conciliatório para quitar os acordos e processos trabalhistas conciliados e homologados, cuja liquidação financeira por parte do “ECB” não é possível em função da indisponibilidade de recursos. Este procedimento conciliatório garante a suspensão dos atos processuais que impliquem em penhoras online ou bloqueios de valores em contas correntes.

De janeiro a junho de 2016 foram aportados R\$ 380 mensais, passando a R\$ 420 de julho a dezembro de 2016, para liquidar os processos, os quais são pagos aos favorecidos mediante os critérios definidos pelo Tribunal. A partir de janeiro até junho de 2017 o valor aportado será de R\$ 480 mensais, passando a R\$ 520 mensais a partir de julho de 2017, tendo sido classificado no passivo circulante o valor de R\$ 6.000 correspondente às 12 parcelas que serão liquidadas em 2017.



14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Honorários advocatícios – Transcon (a)	3.183	2.606
Planner Trustee (a)	28.273	-
Outros valores a pagar	377	297
Total do circulante	<u>31.833</u>	<u>2.903</u>
OAS Empreendimentos S.A. (a)	-	23.600
Total do não circulante	<u>-</u>	<u>23.600</u>

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 03, em Dezembro de 2016 o ECB repactuou o negócio jurídico com a OAS restando acordado que os valores devidos seriam pagos à Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Desta forma, os saldos relativos a esta transação foram ajustados, inclusive o valor correspondente aos honorários advocatícios.

Em decorrência da expectativa da Administração de finalização desta transação em 2017, os saldos foram classificados no circulante.

15. CONTINGÊNCIAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhistas	22.823	24.146
Cíveis	14.976	12.555
Total	<u>37.799</u>	<u>36.701</u>

O “ECB” é polo passivo em processos de natureza cível e trabalhista que se encontram tramitando em esferas administrativa e judicial. Foram provisionados contabilmente os valores referentes aos processos cuja expectativa de perda, de acordo com a avaliação dos consultores jurídicos do Clube, é considerada provável, bem como os acordos firmados extrajudicialmente.

Adicionalmente, o “ECB” é réu em diversos processos em curso, de natureza trabalhista e cível, totalizando aproximadamente R\$ 28.250 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 15.949 em 2015), para os quais a expectativa de perda (desembolsos futuros) foi avaliada como possível. Não existe qualquer provisão em relação a estes processos.



16. RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Reapresentado
Receita de transmissão de imagem e luvas	90.816	44.170
Receita de patrocínio, publicidade e marketing	8.967	5.664
Receitas com transferência de atletas (a)	3.323	15.899
Receitas de bilheteria e premiações	9.803	10.489
Acesso garantido / Sócio patrimonial	5.618	5.214
Loterias	2.157	2.861
Outras	24	283
(-) Impostos incidentes	(7.765)	(5.580)
Total	<u>112.943</u>	<u>79.000</u>

(a) A receita de negociação de atletas em 2016 decorreu, principalmente, da venda dos atletas Marcelo Lomba e Mateus Castro.

17. CUSTOS DAS ATIVIDADES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal/Encargos/Benefícios	54.320	41.623
Custos com negociação e formação de atletas	6.584	10.177
Viagens	1.917	1.781
Outros	1.135	524
(-) Custo de formação de atletas (a)	-	(6.350)
Total	<u>63.956</u>	<u>47.755</u>

(a) Refere-se aos custos incorridos com a formação dos atletas da base, reclassificados para o ativo intangível. Em 2016, os lançamentos de reclassificação foram realizados diretamente nas contas individuais de custo.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de atualização das Transcons	5.195	-
Inclusões de débitos de exercícios anteriores (FGTS - Profut)	(5.600)	-
Benefício adesão PROFUT (a)	-	34.025
Processos trabalhistas	(4.882)	(21.242)
Processos cíveis	(2.228)	(4.370)
Outros	(42)	-
Total	<u>(7.557)</u>	<u>8.413</u>

(a) Refere-se ao resultado auferido com os benefícios de redução de multa, juros e encargos legais em decorrência da adesão ao PROFUT.



19. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o “ECB” não mantinha cobertura de seguro considerada suficiente para cobrir possíveis perdas com eventuais sinistros decorrentes das suas operações. Todos os atletas e funcionários encontram-se segurados nos termos da Lei nº 9.615/98.

* * * *